



# Secretaria de Portos da Presidência da República

Brasília - DF



Departamento de Revitalização e Modernização Portuária

# Sumário

---

- Situação do Setor Portuário Nacional sob a Responsabilidade da SEP/PR
- Plano Nacional de Contingência – Decreto nº 8.127/2013
- Programa de Apoio à Regularização e Gestão Ambiental Portuária;
- Considerações Finais

# Situação do Setor Portuário Nacional sob a responsabilidade da SEP/PR

---

## Síntese

### Atual

- 35 Portos Marítimos Públicos:
  - ✓ 18 Portos vinculados às Companhia Docas;
  - ✓ 16 Portos Delegados e 1 TUP estadual (Porto do Pecém/CE)
- 129 TUPs;
- 320 Portos e Terminais Fluviais e Lacustres;

### Previsão Curto Prazo

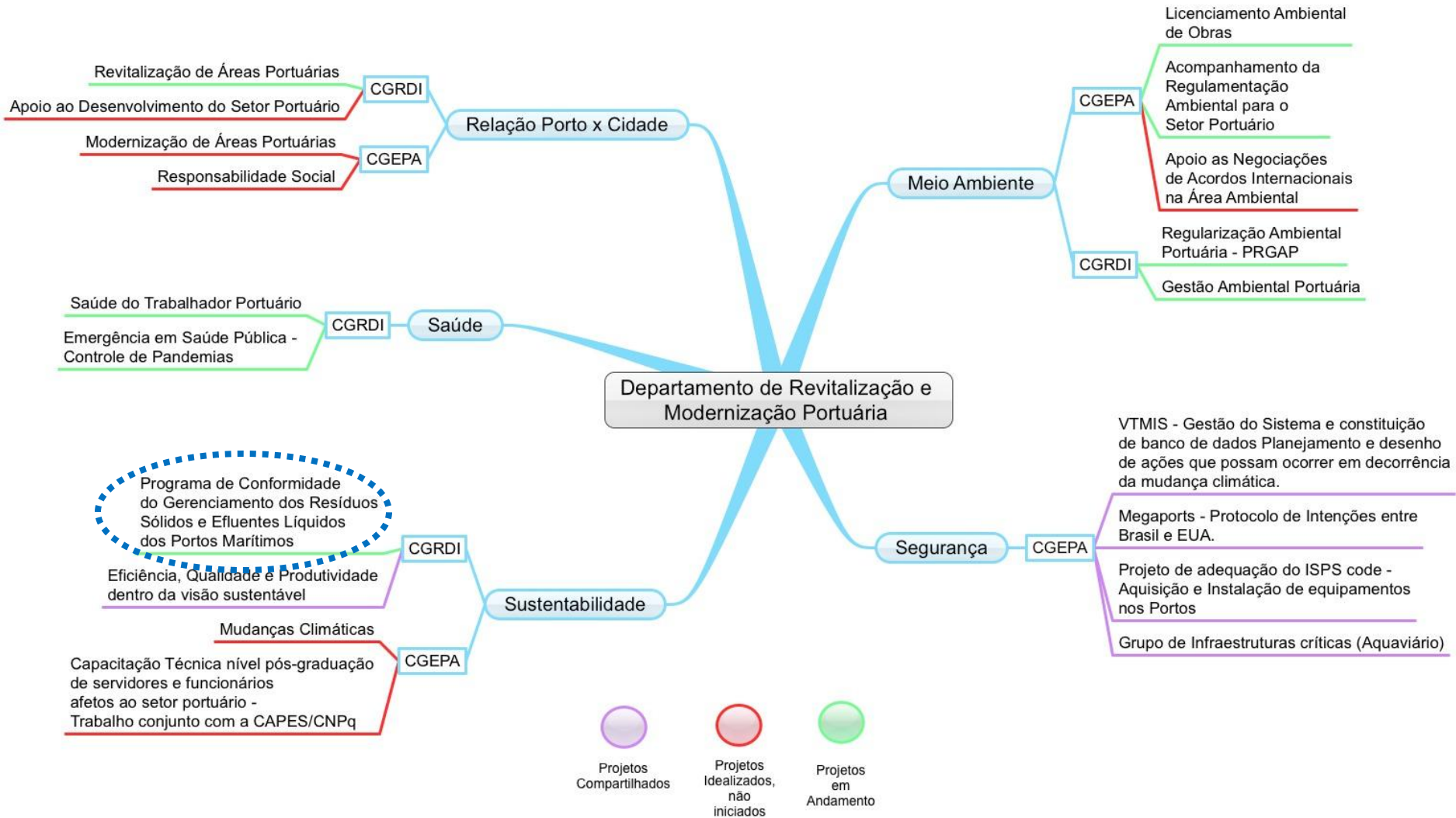
- 159 Contratos de Arrendamentos a serem licitados nas áreas dos Portos Organizados;
- 99 TUPs em processos de autorização na ANTAQ;

# Departamento de Revitalização e Modernização Portuária

## DRMP

- Redução e mitigação das externalidades negativas derivadas das atividades portuárias;
- Promoção da ampla integração da atividade portuária e seu desenvolvimento, com a cidade e região;
- Proteção das condições do trabalho e saúde do trabalhador portuário e da população em geral;
- Desenvolvimento normativo e Intersetorial ;
- Aperfeiçoamento da Gestão Ambiental

# DRMP



## • Artigo 12 – Comitê de Suporte (Competências para a Secretaria de Portos)

- “Divulgar e manter atualizadas as informações sobre a malha viária interna e de acesso aos portos organizados e terminais privativos.
- Facilitar o trânsito de materiais e equipamentos nas vias terrestres internas e nos acessos marítimos dos portos e aos terminais marítimos.
- Definir procedimentos a serem adotados pelos portos públicos e terminais privados marítimos para recebimento, movimentação e armazenamento de materiais e equipamentos utilizados nas ações de resposta.
- Divulgar e manter atualizadas informações a respeito das facilidades dos portos públicos e terminais privados marítimos para utilização nas ações de resposta quando do recebimento, movimentação e armazenamento de materiais e equipamentos”.

## • Artigo 22 – Os órgãos e entidades integrantes do Comitê de Suporte poderão expedir atos sobre os procedimentos necessários ao cumprimento de suas competências, no prazo de 180 dias, contado da data de publicação do Decreto.

# Programa de Apoio à Regularização e Gestão Ambiental Portuária PRGAP

## Justificativa

O processo de regularização ambiental, objeto do PRGAP, configura-se como ferramenta que permite a legalidade, eficiência e efetividade das atividades portuárias.

Total de Portos Marítimos Públicos: 35

Vinculados às Companhia Docas: 18

Com Licença de Operação: 8

**Que aderiram ao PRGAP: 10**

Portos Delegados

com Licença de Operação: 15

(Pelotas e Porto Alegre em processo de licenciamento no OEMA).

# Licenciamento Portuário

LICENCIAMENTO AMBIENTAL PORTUÁRIO				
CIA DOCAS	PORTO	LICENÇA	ÓRGÃO LICENCIADOR	PRGAP
CODERN	AREIA BRANCA - RN	PRGAP	IBAMA	X
	NATAL - RN	PRGAP	IDEMA	X
	MACEIÓ - AL	PRGAP	IMA	X
CODEBA	SALVADOR - BA	PRGAP	IBAMA	X
	ARATU - BA	PRGAP	IBAMA	X
	ILHÉUS - BA	PRGAP	IBAMA	X
CDRJ	RIO DE JANEIRO - RJ	PRGAP	INEA	X
	ITAGUAÍ - RJ	PRGAP	INEA	X
	NITEROI - RJ	NP	INEA	
	ANGRA DOS REIS - RJ	NP	INEA	
CODESP	SANTOS - SP	PRGAP	IBAMA	X
	LAGUNA - SC	LO	FATMA/SC	
CDC	FORTALEZA - CE	LO	SEMACE	
CODESA	VITÓRIA - ES	LO	IEMA/ES	X
	BARRA DO RIACHO - ES	NP		
CDP	BELÉM - PA	LO	SEMA/PA	
	SANTARÉM - PA	LO	SEMA/PA	
	VILA DO CONDE - PA	LO	SEMA/PA	
DELEGADOS	PORTO	LICENÇA	ÓRGÃO LICENCIADOR	
EMAP	ITAQUI - MA	LO	SEMA/MA	
CIA DOCAS DA PARAÍBA	CABEDELO - PB	LO	SUDEMA/PB	
PORTO DE RECIFE	RECIFE - PE	LO	CPRH/PE	
CIA DOCAS DE SÃO SEBASTIÃO	SÃO SEBASTIÃO - SP	LO	IBAMA	
APPA / ESTADUAL	ANTONINA - PR	LO	IBAMA	
	PARANAGUÁ - PR	LO	IBAMA	
SPH / ESTADUAL	PELOTAS - RS	NP	FEPAM/RS	
	PORTO ALEGRE - RS	NP	FEPAM/RS	
	CACHOEIRA DO SUL - RS	NP	FEPAM/RS	
SUPRG / ESTADUAL	RIO GRANDE - RS	LO	IBAMA	
SNPH / ESTADUAL	MANAUS - AM	LO	IPAAM/AM	
CDSA / MUNICIPAL	MACAPÁ - AP	LO	IMAP/AP	
APFS / MUNICIPAL	SÃO FRANCISCO DO SUL - SC	LO	IBAMA	
ADOCH / MUNICIPAL	ITAJAÍ - SC	LO	FATMA/SC	
COMAP / MUNICIPAL	FORNO - RJ	LO	IBAMA	
AUTORIZAÇÃO	PORTO	LICENÇA	ÓRGÃO LICENCIADOR	
ESTADUAL	SUAPE	LO	CPRH/PE	
CONCESSÃO	PORTO	LICENÇA	ÓRGÃO LICENCIADOR	
PRIVADA	IMBITUBA - SC	LO	FATMA/SC	
ESTADUAL	PORTO	LICENÇA	ÓRGÃO LICENCIADOR	
ESTADUAL	PECÉM - CE	LO	IBAMA	



# Gestão Ambiental Portuária

**Premissa:** Atender as determinações legais nacionais e internacionais de sustentabilidade, procurando dotar os portos de um diferencial competitivo, os quais passam a ser fornecedores de serviços ambientais, e não mais geradores de impactos ambientais negativos.

Ações	Nome	Nº de Portos beneficiados
1	Implementação de Gestão Ambiental Portuária	35
2	Programa Federal de Apoio à Regularização e Gestão Ambiental Portuária - PRGAP	10
3	Proposta de unificação das Licenças do porto organizado para a Implementação da Gestão Ambiental Integrada e auto licenciamento	35
4	Programa de Conformidade do Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Efluentes Líquidos dos Portos Marítimos Brasileiros	22
5	Proposta de Estruturação da área de meio-ambiente nas Administrações Portuárias	35
6	Criação do Fórum Permanente de Gestão Ambiental Integrada (coordenar as ações de resposta a emergência nos portos organizados)	35

## Programa de Conformidade do Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Efluentes Líquidos nos Portos Marítimos Brasileiros.

- **UFRJ** coordena rede de 14 universidades federais;

- Acompanhamento do Piloto de Plano de Contingência para Óleo, parceria com a Universidade Estadual do Paraná e Porto de Paranaguá no projeto:

"Estruturação, implementação e gerenciamento de uma base especializada no resgate e na despetrolização da fauna, em caso de acidentes ambientais na área do Complexo Estuarino de Paranaguá (CEP)"

- Esta iniciativa está sendo ampliada e aprofundada pela rede de 14 universidades e centros de pesquisa criada pela SEP/PR no âmbito do Projeto de Resíduos e Efluentes dos Portos, em sua maioria federais, dos estados litorâneos do Rio Grande do Sul ao Pará.

# Gestão Ambiental Portuária

---

## Fórum Permanente de Gestão Ambiental Integrada - FPGAI

### Objetivo:

Criar um ambiente de troca de informações, definindo uma visão comum da Gestão Ambiental Portuária com ênfase nos seguintes aspectos:

- ✓ ampliação de escopo do mero cumprimento da legislação ambiental aplicável, para o do desenvolvimento portuário ambientalmente sustentável;
- ✓ integração do porto com os ambientes circundantes, incluindo a adequada relação portocidade;
- ✓ gestão integrada dos fatores relacionados ao meio ambiente, à segurança e à saúde ocupacional e
- ✓ visão sistêmica de qualidade no desempenho econômico da atividade portuária, para que esta possa se submeter aos critérios de competitividade e excelência que adotam os sistemas de certificação ambiental.



# Área da Poligonal do Porto de Santos – SP



## Considerações Finais

---

- Nova visão de Gestão Ambiental no setor portuário, buscando fortalecer a relação entre o aumento da eficiência ambiental e os aspectos financeiros decorrentes da geração de receitas oriundas de práticas e serviços ambientais;
- Criação de mecanismos para mudança de cultura e implementação de processos de planejamento, com visão integrada da Gestão Ambiental e Desenvolvimento Econômico;
- Necessidade de implementação de parâmetros e indicadores ambientais que balizem avaliação do desempenho atrelados a eficiência econômica e operacional dos portos, gerando ativos competitivamente vantajosos;
- Estabelecer critérios e procedimentos necessários à unificação das Licenças de Operação junto aos Portos Organizados, gerando celeridade nas ações de resposta;





**Secretaria de Portos da  
Presidência da República**

**OBRIGADO!**

ANTONIO MAURICIO FERREIRA NETTO



Departamento de Revitalização e Modernização Portuária